

1º SIMULADO
DELEGADO
DA PC RJ
PROVA OBJETIVA



Estratégia
Carreira Jurídica

Simulado Especial

Simulado PC-RJ (Delegado)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-10-11>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO PENAL

01. Assinale a alternativa correta sobre classificação de crimes:

- a) O crime de associação criminosa é de perigo concreto.
- b) O crime omissivo próprio tem uma conduta comissiva na descrição do fato típico, mas o agente possui o dever jurídico de agir para evitar o resultado.
- c) O crime de apropriação de coisa achada, além de ser classificado como de conduta omissiva, é considerado um delito a prazo.
- d) O furto é um crime complexo, por conter em sua estrutura a de outros dois crimes.
- e) O crime de rixa é classificado como um delito plurissubjetivo de condutas contrapostas.

02. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições legais e o entendimento dos tribunais superiores sobre aplicação da lei penal:

- a) A lei excepcional ou temporária, desde que não decorrido o período de sua duração ou não cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Quanto ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade.
- c) A lei penal mais grave aplica-se ao crime ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência. Referida lógica não se aplica ao crime continuado, pois cada lei se aplicará a cada um dos delitos separadamente, visto que se trata de mera ficção jurídica.
- d) os crimes cometidos contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço, estão sujeitos à lei penal brasileira, por constituírem hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- e) para o Código Penal, a abolição criminis possui natureza jurídica de causa extintiva da tipicidade.

03. Assinale a alternativa que apresenta a correlação adequada entre o princípio e sua definição:

- a) Princípio da intranscendência da pena: consiste na vedação a que o legislador adote sanções penais violadoras da dignidade da pessoa humana, atingindo de forma desnecessária a incolumidade físico-psíquica do agente.
- b) Princípio da adequação social: não haver responsabilidade penal sem dolo ou culpa, ou seja, veda-se a responsabilidade penal objetiva.
- c) Princípio da insignificância: a configuração de uma infração penal exige que haja uma ofensa de alguma gravidade ao bem jurídico protegido, sob pena de exclusão da tipicidade.
- d) Princípio da coculpabilidade: não pode haver crime sem que haja conteúdo ofensivo a bens jurídicos. A repressão penal somente se justifica se houver lesão ou ameaça de lesão a um bem jurídico.
- e) Princípio da individualização da pena: funda-se na legítima expectativa de que os demais indivíduos da sociedade agirão em conformidade com as regras sociais.

04. Assinale as modalidades de cumprimento de pena que se relacionam com a casa de albergado no Código Penal:

- a) Pena privativa de liberdade em regime aberto e limitação de fim de semana.
- b) Pena privativa de liberdade em regime aberto e admoestação verbal sobre os efeitos das drogas.
- c) Pena privativa de liberdade em regime semiaberto e limitação de fim de semana.
- d) Pena privativa de liberdade em regime semiaberto e admoestação verbal sobre os efeitos das drogas.
- e) Limitação de fim de semana e admoestação verbal sobre os efeitos das drogas.

05. Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) O crime de incêndio é de perigo concreto, por exigir a demonstração da exposição da vida, da integridade física ou do patrimônio alheios a perigo.
- b) Se o crime de explosão ocorrer em estaleiro, fábrica ou oficina, a pena será aumentada em um terço.
- c) O crime de omissão de notificação de doença é próprio, pois só pode ser cometido por profissionais da área da saúde.
- d) O crime de perigo de desastre ferroviário é classificado como delito de forma vinculada.
- e) Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal configura crime, mesmo se a conduta for praticada de forma culposa.

06. Verifique os itens:

- I – Passou-se a admitir a existência de elementos subjetivos no tipo, como o elemento subjetivo especial de alguns delitos.
- II – O dolo passa a ser considerado como natural, ou seja, *dolus bonus*.
- III – a culpabilidade possui como elementos o dolo ou a culpa, a exigibilidade de conduta diversa e a inimputabilidade.
- IV – Foi adotada pelo Código Penal, segundo da doutrina majoritária, após a Reforma de 1984.

Assinale a alternativa que traz os itens corretos sobre a teoria neokantista da ação:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

07. Assinale a alternativa correta sobre o arrependimento posterior:

- a) Deve ocorrer até o trânsito em julgado da ação penal.
- b) O crime não deve ter sido cometido com violência, mas é possível a aplicação do instituto em caso de grave ameaça.
- c) Leva à incidência de uma minorante, de um a dois terços, o que pode conduzir a sanção penal abaixo do limite mínimo abstratamente cominado.
- d) A conduta do agente deve ser espontânea.
- e) Ocorre quando o agente repara o dano ou restitui a coisa, até a consumação do delito, respondendo apenas pelos atos até então praticados.

08. Leia os seguintes itens sobre a culpabilidade:

- I - o erro de proibição inevitável acarreta a isenção de pena, por afastar a culpabilidade. O erro de proibição evitável, por sua vez, acarreta a diminuição de pena, de 1/6 a 2/3.
- II – a coação física irresistível enseja a exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa.
- III - o Direito Penal adota a teoria psicológico-normativa, segundo a qual são elementos da culpabilidade somente a imputabilidade e a inexigibilidade de conduta diversa.
- IV - a culpabilidade formal é utilizada pelo legislador para fixação das sanções criminais, de forma abstrata, enquanto a culpabilidade material é analisada em concreto, pelo juiz, na dosimetria da pena.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) II e III.
- b) I, IV e V.
- c) I e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, II e IV.

09. Avalie as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) A revogação da suspensão condicional da pena é obrigatória no caso de ser o agente irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- b) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- c) De acordo com o art. 92, do Código Penal, a inabilitação para dirigir veículo automotor, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, é efeito automático da condenação.
- d) Se o Tribunal do Júri desclassifica o crime para outro de competência do Juiz singular, a pronúncia não pode ser considerada como marco interruptivo da prescrição.
- e) Extinta a punibilidade do agente, não se lhe imporá medida de segurança, mas é possível a subsistência daquela que já houver sido imposta.

10. Mário, primário, aponta uma faca para João, exigindo que ele entregasse seu relógio, avaliado em R\$ 500,00. Em seguida, pede que ele entregue seu cartão e a senha. Sai do local e não consegue sacar nenhum valor da conta, por exigência de biometria no caixa eletrônico ao qual se dirigiu. No dia seguinte, antes que fizesse nova tentativa de saque, foi preso, devido ao acesso às imagens bancárias pela polícia.

Mário praticou o(s) seguinte(s) crime(s):

- a) Um crime de roubo, já que a conduta foi praticada em um contexto único.
- b) Um crime de roubo simples e um crime de tentativa de extorsão, com causa de aumento de pena, ambos em concurso material.
- c) Crime de roubo majorado e delito de extorsão majorada, este na modalidade tentada, ambos em concurso formal, pois foi uma conduta única, ainda que prolongada, dado o contexto único.
- d) Delito de roubo simples e o crime consumado de extorsão majorada, em concurso material.
- e) Delito de extorsão majorada, havendo a consunção do roubo, em virtude de aquele ser o crime-fim desejado por Mário.

11. Assinale a alternativa INCORRETA sobre prescrição:

- a) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- b) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- c) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- d) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- e) O STJ e o STJ têm entendido que o crime de injúria racial é imprescritível.

12. Assinale a alternativa correta sobre princípios e aplicação da lei penal:

- a) A exposição de motivos é exemplo de interpretação autêntica contextual.
- b) Não se aplica o princípio da proporcionalidade na fase da execução penal.
- c) A interpretação quanto ao resultado pode ser classificada como lógica ou gramatical.
- d) O princípio da proporcionalidade tem apenas o judiciário como destinatário cujas penas impostas ao autor do delito devem ser proporcionais à concreta gravidade.
- e) A interpretação teleológica busca alcançar a finalidade da lei, aquilo que ela se destina a regular.

13. Sobre as causas extintivas da punibilidade, é correto afirmar que:

- a) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória) e os efeitos penais secundários, subsistindo os efeitos extrapenais.
- b) Renúncia é a causa de extinção da punibilidade, que consiste em ato bilateral, do ofendido ou de seu representante legal, de abdicação do direito de promover a ação penal privada.
- c) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo, qualquer efeito condenatório.
- d) No caso de sobrevir lei penal que revoga o crime pelo qual o agente responde, haverá abolitio criminis, desde que não tenha havido trânsito em julgado da condenação.

e) Na ação penal privada personalíssima, haverá preempção se o Ministério Público não assumir a titularidade da demanda no prazo de 60 dias.

14. Assinale a alternativa correta sobre feminicídio:

- a) Não incide a majorante se o delito for visto por neto da vítima por chamada de vídeo, já que não se pode considerar a situação como presencial.
- b) Configura-se no caso de morte de transexual, já que se deve considerar o gênero e observar a proteção às minorias, nos termos de recente decisão do STF.
- c) Incide majorante, de um terço até metade, se o crime for cometido durante a gestação ou nos seis meses posteriores ao parto.
- d) Configura-se o feminicídio se houver menosprezo ou discriminação à condição de mulher, mesmo que ausente características de violência doméstica.
- d) Se for cometido em descumprimento da medida de restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, incide a causa de aumento de pena de um terço até metade.

15. Com relação ao tema reincidência, considere das seguintes afirmações:

- a) Para efeito de reincidência, a reabilitação não extingue a condenação anterior.
- b) Não prevalece a condenação anterior, para efeito de reincidência, após decorrido o prazo depurador de cinco anos entre a data do trânsito em julgado da sentença condenatória do crime anterior e a data da prática do crime posterior.
- c) A reincidência é causa interruptiva tanto da prescrição da pretensão executória quanto da prescrição da pretensão punitiva.
- d) Consoante disposto no Código Penal, o agente reincidente em crime doloso não pode ter sua pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos.
- e) A prescrição intercorrente regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo 109 do Código Penal, os quais aumentam-se de 1/3 (um terço), se o condenado é reincidente.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

16. Acerca da Lei de Interceptação telefônica, assinale a alternativa correta:

- a) O ordenamento jurídico pátrio veda a possibilidade de obtenção de dados cadastrais da vítima e do suspeito independentemente de prévia autorização da autoridade judiciária para preservar a intimidade do suspeito.
- b) É possível a prorrogação do lapso temporal para a interceptação telefônica por apenas um único período subsequente, conforme entendimento consolidado nos Tribunais Superiores.
- c) Excepcionalmente, o magistrado poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- d) O Delegado de Polícia poderá determinar a interceptação das comunicações telefônicas, desde que assim o faça na fase investigativa.
- e) O Ministro da Justiça e o assistente de acusação poderão solicitar a interceptação telefônica ao Estado-Juiz.

17. Acerca da Lei nº 8072/90, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o sistema adotado pela legislação brasileira, a definição de crime hediondo é feita pelo magistrado à luz do caso concreto, ou seja, cabe ao julgador considerar determinada conduta criminosa como hedionda, com base na gravidade concreta do comportamento ilícito.
- b) O crime de roubo qualificado foi previsto como hediondo, razão pela qual a sua promoção carcerária se dá após o cumprimento de 2/5 da pena, se o apenado for primário, e de 3/5, se reincidente.
- c) De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos, é incumbência dos Estados manter estabelecimentos prisionais de segurança máxima para abrigar condenados de alta periculosidade.
- d) Nos crimes hediondos, a prisão temporária poderá ter como prazo máximo 45 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

18. Acerca da Lei 9296/96 (Lei de Interceptação Telefônica), assinale a alternativa correta.

- a) É permitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção.
- b) Somente pode ser deferida a requerimento do Ministério Público, em qualquer fase da investigação policial ou na instrução processual penal.
- c) o pedido de interceptação de comunicação telefônica deverá ser decidido pelo juiz competente no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- d) Para os procedimentos de interceptação telefônica, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
- e) A interceptação telefônica poderá ser determinada pela autoridade policial em caso de prisão em flagrante apenas para acesso de dados de aplicativos como Whatsapp, Instagram e Facebook, independentemente de ordem judicial.

19. Com relação à Lei 9099/95, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe recurso especial, mas não extraordinário, contra decisão proferida por turma recursal.
- b) A sentença de transação penal tem natureza condenatória e gera eficácia de coisa julgada apenas material.
- c) Se o acusado não for encontrado para ser citado pessoalmente e responder a ação penal no rito sumaríssimo da Lei nº 9099/95, admite-se a realização de citação por edital.
- d) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. (art. 69, parágrafo único, da Lei 9099/95).
- e) Para a fixação da competência do juizado criminal no concurso material, a soma das penas máximas cominadas pode ultrapassar 2 anos.

20. Com base na Lei dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público não deve apresentar proposta de transação se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena restritiva de direitos, por sentença definitiva.

b) O instituto despenalizador da transação penal aplica-se aos crimes militares;

c) Da decisão que rejeita a denúncia no Juizado Especial Criminal, cabe recurso em sentido estrito;

d) Da decisão que homologa proposta de transação oferecida pelo Ministério Público e aceita pelo autor do fato, cabe recurso em sentido estrito.

e) A competência do juizado especial criminal é determinada pelo lugar em que tenha sido praticada a infração penal.

21. Acerca da execução penal, assinale a alternativa correta.

a) A pena unificada para atender ao limite de 30 anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada para a concessão de outros benefícios, inclusive para o livramento condicional.

b) Compete ao juízo das execuções penais do estado a execução das penas impostas a sentenciados pela justiça federal, militar ou eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.

c) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

d) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do processo de conhecimento a aplicação da lei mais benigna.

e) Das decisões proferidas pelo Juiz em sede de execução penal caberá recurso em sentido estrito.

22. Em relação ao temário execução penal, assinale a alternativa correta.

- a) Em recente entendimento firmado em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Nacional para executar as penas de multa impostas em sentença penal condenatória.
- b) Para fins de promoção carcerária pela prática de um crime hediondo, o magistrado não pode determinar a realização de exame criminológico.
- c) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidade privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- d) As faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação federal especificá-las;
- e) O cometimento de falta grave interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional.

23. Em relação aos crimes de trânsito, assinale a alternativa correta.

- a) Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro configura infração administrativa.
- b) É circunstância que sempre atenua a penalidade dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração com permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria diferente da do veículo.
- c) Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, ainda que de ofício, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.
- d) O crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é de ação penal pública condicionada à representação.
- e) Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, será imposta a prisão em flagrante, assim como se exigirá o pagamento de fiança, ainda que exista o pronto e integral socorro ao ofendido.

24. Em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa correta.

- a) A mulher pode ser sujeito ativo de crime praticado no contexto de violência doméstica e familiar.
- b) É possível a aplicação dos institutos despenalizadores aos crimes cometidos no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- c) A ação penal no crime de lesões corporais leves na esfera da violência doméstica e familiar contra a mulher é pública condicionada.
- d) No caso de condenação à pena de detenção em regime aberto pela prática do crime de ameaça no âmbito doméstico e familiar, é possível a substituição da pena pelo pagamento isolado de multa.
- e) Enquanto não estruturados os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, as varas da infância e da juventude acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

25. Em relação ao crime de tortura, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude do princípio da especialidade, aplica-se o crime descrito no art. 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente se a vítima da tortura for criança.
- b) O condenado por crime de tortura poderá perder o cargo, função ou emprego público, desde que este efeito seja expressamente declarado na sentença.
- c) Independente do local do delito, a tortura sempre será processada e julgada na Justiça Federal.
- d) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa, configura crime de tortura, delito esse equiparado a hediondo.
- e) Nos crimes de tortura incide causa de diminuição de

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Relativamente ao tema medidas assecuratórias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.
- b) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
- c) O juiz poderá ordenar o sequestro ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa mediante representação da autoridade policial.
- d) A hipoteca legal é medida assecuratória que incide sobre o produto do crime.
- e) Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz determinará a avaliação e a venda, em leilão público, dos bens sequestrados.

27. Sobre a aplicação das normas genuinamente processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A lei processual penal não admite interpretação extensiva, ainda que admita aplicação analógica.
- b) A lei processual penal não admite interpretação analógica, ainda que admita aplicação extensiva.
- c) É inaplicável a interpretação extensiva e analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- d) Admitirão interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- e) Serão aplicadas desde logo, mas tornam inválidos os atos processuais praticados sob a égide da lei anterior se desfavoráveis ao imputado, devendo ser renovados.

28. O Código de Processo Penal disciplina a prisão em residência particular, sendo cabível quando o agente for:

- a) Mulher com filho de até 12 (doze) anos completos;
- b) Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;
- c) Maior de 70 (setenta) anos;
- d) Gestante, desde que comprovado o risco da gravidez ou estar com, pelo menos, sete meses de gestação.
- e) Ministro de Estado, mesmo que haja estabelecimento específico para preso especial.

29. Assinale a opção correta acerca dos princípios do processo penal:

- a) O princípio da ampla defesa implica em que a defesa técnica seja indisponível e efetiva. Assim, o STF tem entendimento consolidado de que a deficiência da defesa constitui nulidade absoluta, que independe da constatação de prejuízo para o réu.
- b) O princípio da instrumentalidade do processo consiste no direito de não ser privado da liberdade e de seus bens, sem a garantia que supõe a tramitação de um processo desenvolvido na forma que estabelece a lei.
- c) Quando Código de Processo Penal estatui que a ação penal deverá ser promovida por denúncia do Ministério Público, se depreende implícito o princípio da indivisibilidade, por não ser do arbítrio deste mover ou não a ação penal: é função institucional deste Órgão.
- d) Dados os princípios do contraditório e da ampla defesa, constitui nulidade a ausência de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto à rejeição da denúncia, mesmo que lhe seja nomeado defensor dativo.
- e) O princípio da identidade física do juiz é inaplicável ao processo penal, que, por sua própria natureza, difere do processo civil.

30. É correto afirmar a respeito do habeas corpus que:

- a) Não pode ser concedido de ofício pelos juízes ou tribunais no curso do processo.
- b) é cabível para discutir o mérito de decisão administrativa que imponha sanções disciplinares a integrante de corporação.
- c) Sua impetração dependerá de representação de advogado regularmente constituído nos autos.
- d) Não se admite a impetração para atacar sentença cuja condenação se tenha limitado a pena de natureza pecuniária.
- e) Somente poderá ocorrer a soltura do paciente se ele aceitar submeter-se a medida cautelar diversa da prisão.

31. Com relação a questões e processos incidentes, assinale a opção INCORRETA:

- a) Poderá ser arguida a suspeição dos serventuários da justiça.
- b) Poderá ser arguida a suspeição dos jurados.
- c) Poderá ser arguida a suspeição das autoridades policiais nos atos do inquérito.
- d) Poderá ser arguida a suspeição dos intérpretes.
- e) Poderá ser arguida a suspeição do órgão do Ministério Público.

32. Com base no Código de Processo Penal e em se tratando de ação penal pública condicionada à representação, é correto afirmar:

- a) Como regra, a representação independe de formalidades prescritas em lei, cabendo retratação até o momento de ser proferida a sentença.
- b) Uma vez efetivada a representação, não há se falar em retratação.
- c) A partir do recebimento da denúncia pelo magistrado, quando se inicia o processo, a representação torna-se irretratável.
- d) Não há se falar em retratação na ação penal pública, ainda que condicionada, vez que é admitida somente na ação penal privada.
- e) Oferecida a denúncia pelo parquet, a representação torna-se irretratável.

33. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Caso as declarações do indiciado sejam divergentes de declarações das testemunhas do crime praticado, poderá ser realizada a acareação, que é uma medida cabível exclusivamente na fase investigatória.
- b) Para que perícia verifique a natureza e a eficiência de arma utilizada na prática de crime, esta deve ser apreendida exclusivamente por meio de mandado expedido por autoridade judiciária: a autoridade policial não pode atuar de ofício para tal finalidade.
- c) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva: violência doméstica e familiar contra mulher; violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- d) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias, improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.

e) Por força do princípio da verdade real, se uma autoridade policial determinar que um indiciado forneça material biológico para a coleta de amostra para exame de DNA cujo resultado poderá constituir prova para determinar a autoria de um crime, o indiciado estará obrigado a cumprir a determinação.

34. Com base no entendimento do STJ, assinale a opção correta:

- a) No crime de receptação, uma vez apreendida a res furtiva em poder do réu, cabe à defesa apresentar prova acerca da origem lícita do bem.
- b) É considerada lícita a prova obtida diretamente dos dados constantes de aparelho celular, decorrentes de mensagens de textos SMS ou conversas por meio de WhatsApp, mesmo sem prévia autorização judicial.
- c) No crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, é imprescindível a apreensão e perícia da arma para a caracterização da causa de aumento, mesmo se evidenciado o seu emprego por prova testemunhal.
- d) O STJ, em sentido contrário à Lei de Drogas, firmou entendimento que o interrogatório do acusado nos processos por crime de tráfico de entorpecentes deverá ser o primeiro ato da instrução processual.
- e) Conforme entendimento consolidado pelo STJ, o réu tem o direito de acompanhar, por sistema de videoconferência, audiência de inquirição de testemunhas realizada, presencialmente, perante o Juízo natural da causa, por respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa.

35. De acordo com o Código de Processo Penal, NÃO é possível interrogatório por videoconferência:

- a) Quando há suspeita de o acusado estar envolvido em organização criminosa;
- b) Para responder à gravíssima questão de ordem pública.
- c) Quando houver problema de locomoção do preso por questão de enfermidade ou outra circunstância pessoal;
- d) Quando houver alguma dificuldade na locomoção do preso por estar recolhido em unidade da federação distinta daquela em que se realize o procedimento, inclusive em fase pré-processual;
- e) Quando houver possibilidade de a presença física do acusado influenciar o ânimo da vítima ou da testemunha.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Assinale o enunciado que não corresponde a entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- d) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que sua vigência seja posterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- e) A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri.

37. Consoante os ditames do Código de Processo Penal, a autoridade policial deverá:

- a) Arquivar o inquérito policial, quando restar provada a inexistência de crime ao final das investigações.
- b) Ordenar a restituição das coisas apreendidas, mesmo que exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
- c) Representar pela prisão preventiva, quando houver necessidade e adequação da medida e estiverem presentes os requisitos legais para tanto. É legitimada para isso.
- d) Se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário.
- e) conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 5 (cinco) anos.

38. Assinale a alternativa correta quanto à competência e jurisdição:

- a) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo princípio da extraterritorialidade.
- b) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo se conhecido o lugar da infração.
- c) A natureza da infração jamais será determinante para a fixação da competência jurisdicional.
- d) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que se deu a consumação.
- e) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

39. Assinale a alternativa correta, de acordo com os ditames do CPP:

- a) A comunicação da prisão ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso, ou à pessoa por ele indicada, deve ser feita em até 24 horas.
- b) Não será concedida fiança quando presentes os motivos que autorizam a prisão preventiva.
- c) A fiança será concedida com prévia audiência do Ministério Público.
- d) De acordo com súmula do STF, a ação penal por crime contra a honra de servidor público, em razão do exercício de suas funções, é condicionada à representação do ofendido, este que não tem legitimidade para propor queixa.

40. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das provas:

- a) As provas derivadas das ilícitas, regra geral, são inadmissíveis.
- b) A busca pessoal em mulher será sempre feita por outra mulher.
- c) As cartas particulares, interceptadas ou obtidas por meios criminosos, não serão admitidas em juízo.
- d) Se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, por enfermidade ou por velhice, inspirar receio de que ao tempo da instrução criminal já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.
- e) Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, para sua juntada aos autos, se possível.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema concursos públicos, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) As contratações temporárias celebradas pela administração pública, na vigência da Constituição Federal de 1988, ostentam caráter precário e submetem-se à regra do art. 37, inciso IX, não sendo passíveis de transmutação de sua natureza eventual pelo decurso do tempo.
- b) Não ocorre a decadência administrativa prevista no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 em situações de evidente inconstitucionalidade, como é o caso de admissão de servidores sem concurso público.
- c) Não é possível estender a estabilidade excepcional do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT aos servidores contratados sem concurso público após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- d) Ocorrida a vacância na titularidade da serventia extrajudicial na vigência da atual Constituição Federal, o provimento de novo titular deve ser realizado por meio de concurso público, nos termos do art. 236, § 3º, da CF/1988.
- e) É incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro, a investigação social em concursos públicos.

42. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas às atividades a seguir, exceto:

- a) ensino
- b) desporto
- c) desenvolvimento tecnológico
- d) proteção e preservação do meio ambiente
- e) pesquisa científica

43. Acerca dos consórcios públicos, assinale a alternativa incorreta com base exclusivamente na Lei nº 11.107, de 2005.

- a) O consórcio público, seja com personalidade jurídica de direito público ou com personalidade jurídica de direito privado, integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- b) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- c) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- d) Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.
- e) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

44. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.567, de 1942, assinale a alternativa incorreta acerca da esfera controladora.

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b) A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
- c) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- d) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo possível que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações anteriormente constituídas.
- e) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

45. Determinado Estado da Federação necessita realizar obras para construção, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais, tais como penitenciárias. Nesse sentido, tal contratação pode ser viabilizada, segundo a Lei Federal nº 8.666/93:

- a) somente por meio de empreitada integral, sendo vedada o regime de execução por preço global.
- b) a modalidade licitatória cabível deve necessariamente ser a concorrência, independentemente do valor da contratação.
- c) é possível realizar dispensa de licitação.
- d) é vedada a celebração de convênio entre entes da Federação a fim de viabilizar tais obras.

e) consórcios de empresas não devem participar dessa licitação, por expressa vedação legal.

46. O prefeito de um determinado Município contratou, mediante dispensa de licitação, sociedade empresária de notória especialização para prestação de serviços técnicos de gerenciamento de obras. Pode-se afirmar que se trata de um serviço de natureza singular. A contratação ocorreu pelo preço total de R\$100.000,00 (quinhentos mil reais), valor que se mostrou compatível com o de mercado. No caso em tela, a conduta do Município está:

- a) errada, porque deveria a contratação necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência.
- b) correta, porque o Município poderia escolher entre dispensa e inexigibilidade de licitação;
- c) errada, porque seria a hipótese de inexigibilidade e não de dispensa de licitação;
- d) errada, porque deveria a contratação necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços
- e) correta, porque realmente é hipótese de dispensa de licitação prevista em lei;

47. Considerando a disciplina sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.
- b) Com periodicidade mínima semestral, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.
- c) Agente pública é a pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público.
- d) São direitos básicos do usuário a igualdade no tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação.
- e) Uma das diretrizes a serem observadas pelos agentes públicos e prestadores de serviços públicos é a atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

48. No que tange aos contratos celebrados pela Administração Pública e seu regime jurídico, a Lei confere as prerrogativas a seguir listadas ao Poder Público, exceto:

- a) modificação unilateral para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- b) rescisão unilateral nos casos de alteração social ou de modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.
- c) fiscalizar a execução.
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

49. Em se tratando da modalidade de licitação denominada pregão, a Lei nº 10.520, de 2002, com base no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fixou que o prazo de validades das propostas será de:

- a) 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.
- b) 60 dias, se outro não estiver fixado no edital.
- c) 30 dias, se outro não estiver fixado no convite.
- d) 60 dias, se outro não estiver fixado no convite.
- e) 90 dias, se outro não estiver fixado no instrumento convocatório.

50. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições.
- b) É vedada a cumulação tríplice de vencimentos e/ou proventos, ainda que a investidura nos cargos públicos tenha ocorrido anteriormente à EC 20/1998.
- c) A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado

e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

- d) Existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, autorizado na legislação brasileira.
- e) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

51. No que tange ao processo administrativo para apuração da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, pode ser afirmado que:

- a) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 1 (um) ou mais servidores estáveis.
- b) a comissão pode cautelarmente suspender os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
- c) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 3 (três) servidores, sendo, no mínimo, 2 (dois) estáveis.
- d) no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 10 (dez) dias para defesa, contados a partir da intimação.
- e) a comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

52. A doutrina aponta que processo administrativo é uma série de atos encadeados, obedecendo a uma ordem previamente estabelecida pela lei, com uma finalidade específica que enseja a prática de um ato final. Nesse sentido, a Lei nº 9.784/99 prevê que serão observados, nos processos administrativos, o princípio:

- a) da impulsão do processo administrativo pelos interessados.
- b) do atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia de competências.
- c) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o fim público, inclusive com aplicação retroativa de nova interpretação.
- d) divulgação oficial dos atos administrativos, sendo absolutamente vedado o sigilo de informações públicas.
- e) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

53. Marque a alternativa que defina corretamente a característica dos bens públicos mencionada:

- a) imprescritibilidade: os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião.
- b) impenhorabilidade: os bens públicos não se sujeitam a penhora a fim de garantir débitos das entidades públicas.
- c) alienabilidade: os bens públicos podem ser alienados pela Administração, independentemente de previsão legal, bastando observar o valor de mercado.
- d) onerabilidade: os bens públicos sempre podem ser dados como garantia pela entidade pública ao credor de maneira a garantir a obrigação;
- e) disponibilidade: os bens públicos, como regra, são disponíveis, de modo a permitir que o atual gestor público deles disponha.

54. A doutrina menciona cinco requisitos necessários à formação do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Das alternativas a seguir, qual não se demonstra verdadeira no tocante a tais requisitos?

- a) Objeto: o objeto do ato administrativo diz respeito ao seu próprio conteúdo.
- b) Competência: o ato administrativo deve ser praticado por agente que detenha o poder legal para realizá-lo.
- c) Forma: o ato administrativo pode ser exteriorizado sem qualquer formalidade, com base no preceito da instrumentalidade das formas.
- d) Finalidade: o ato administrativo somente pode ser realizado se visar ao interesse público.
- e) Motivo: o ato administrativo deve ser fundamentado em um pressuposto de fato e de direito que exige a sua prática.

55. Em relação ao ingresso de cidadãos no serviço público, analise e julgue as proposições a seguir:

- I) No caso de extinção do cargo público, o servidor efetivo não estável terá assegurada a sua permanência no serviço público.
- II) O candidato que possui qualificação superior à exigida no edital está habilitado a exercer o cargo a que prestou concurso público, nos casos em que a área de formação guardar identidade.
- III) É absolutamente vedado o ingresso de cidadãos estrangeiros no serviço público brasileiro, pois

cargos públicos somente podem ser providos por brasileiros natos ou naturalizados.

IV) É inconstitucional a transposição de cargos públicos, em que os integrantes de uma carreira são remanejados para uma outra carreira existente.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) III e IV
- e) II e IV

56. Considerando o que disciplina a Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), assinale a alternativa incorreta.

- a) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- b) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- d) Não se submete ao regime da Lei das Estatais, a sociedade de propósito específico, ainda que seja controlada por empresa pública ou sociedade de economia mista.
- e) É a União proibida de realizar transferência voluntária de recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios que não fornecerem ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins as informações relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista a eles vinculadas.

57. O Prefeito Municipal celebrou instrumento jurídico por meio do qual foi formalizada parceria estabelecida pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela própria administração pública e que vão envolver a transferência de recursos financeiros. Este instrumento jurídico é denominado:

- a) Termo de Fomento
- b) Acordo de Cooperação
- c) Termo de Colaboração
- d) Contrato de Gestão
- e) Termo de Parceria

58. Analise as assertivas a seguir acerca das Parcerias Público-Privadas.

I – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

II – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.

III – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

IV - Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Estão corretas a II e a III.
- d) Estão corretas a I e a IV.
- e) Estão corretas a I, a II e a III.

59. Quanto ao Direito Administrativo previsto no Plano Constitucional, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse

social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na própria Constituição.

b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

e) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou de terceiros.

60. Acerca do tema intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa incorreta, tendo por fundamento a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) Incide imposto de renda sobre os valores indenizatórios recebidos pelo particular em razão de servidão administrativa instituída pelo Poder Público.

b) Nas hipóteses em que ficar demonstrado que a servidão de passagem abrange área superior àquela prevista na escritura pública, impõe-se o dever de indenizar, sob pena de violação do princípio do justo preço.

c) É indevido o direito à indenização se o imóvel expropriado foi adquirido após a imposição de limitação administrativa, porque se supõe que as restrições de uso e gozo da propriedade já foram consideradas na fixação do preço do imóvel.

d) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área non aedificandi, somente é devida se imposta sobre imóvel urbano e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.

e) Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. A respeito do conceito, da classificação e do processo de reforma da Constituição Federal, indique a alternativa que contém afirmação INCORRETA:

- a) Não há iniciativa popular no processo de emenda à Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das leis (artigo 61, parágrafo 2º, da CF). Por outro lado, não existe nenhum impedimento de que no processo de reforma da Constituição estadual seja admitida a iniciativa popular.
- b) A Constituição Federal define expressamente que proposta de emenda à Constituição (PEC) e projeto de lei (PL), ambos da iniciativa do Presidente da República, devem ser analisados e votados primeiro na Câmara dos Deputados, que atua como Casa Iniciadora nessas hipóteses. Assim, se uma PEC de iniciativa do Presidente da República tiver tramitação iniciada no Senado, ainda que venha a ser votada e aprovada pelas duas Casas Legislativas, separadamente, em dois turnos, e se atinja em cada votação o quórum de três quintos, terá vício formal insanável, que provocará a inconstitucionalidade formal da emenda.
- c) Tomando-se por base o sentido teleológico da Constituição, a Constituição garantia tem duas finalidades: a) limitar uma ação do Estado em face dos indivíduos e b) restringir, por meio de sua força normativa, a atuação de poderes atuantes no Estado.
- d) As Constituições históricas resultam da formação histórica, de fatos sociopolíticos e do evoluir das tradições de um povo. Tem base nos costumes, na jurisprudência e em leis esparsas. Assim, a Constituição histórica é não escrita e material.
- e) Poder Constituinte Originário, quanto ao modo de elaboração, na concepção de Carl Schmitt, pode ser classificado como material ou formal. Diz-se material a decisão política fruto da autoconformação do Estado. Poder Constituinte Formal é manifestado num segundo momento, quando a ideia de Direito é sistematizada em documento dotado de força normativa (Constituição).

62. A respeito da hermenêutica constitucional, indique a alternativa correta:

- a) A interpretação conforme a constituição tanto é instrumento de controle de constitucionalidade quanto de interpretação da Constituição. É aplicada quando a norma questionada admite uma pluralidade de interpretações. Na interpretação conforme a

constituição, o propósito é o de manter a validade da lei a partir da eliminação da interpretação que contraria a Constituição.

- b) O princípio da conformidade funcional exige a coordenação e a combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- c) O método jurídico impulsiona a interpretação da Constituição a partir de um movimento de "ir e vir", do subjetivo para o objetivo e deste para o subjetivo. O intérprete tem uma pré-compreensão da Constituição, mas quando analisa o caso concreto, é possível que seu pensamento seja reformulado.
- d) O preâmbulo da Constituição Federal pode ser definido como documento de intenções do diploma e consiste em uma certidão de origem, que dá legitimidade ao novo texto. Quanto à sua natureza, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo além de princípio político, também produz normas jurídicas constitucionais.
- e) Há hierarquia entre normas constitucionais originárias e normas constitucionais derivadas, mas não há hierarquia entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais.

63. Sobre os Princípios Fundamentais e os Direitos e Garantias Fundamentais elencados na Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

- a) A concessão de asilo político a estrangeiro perseguido politicamente em seu país de origem é um exemplo de direito fundamental cuja titularidade é só de estrangeiro, não obstante a universalidade seja uma das principais características dos direitos fundamentais.
- b) A Constituição Federal, ao elencar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil, quis, sobretudo, elevar o trabalho ao condão de direito social, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania plena.
- c) A Constituição Federal, ao redemocratizar o Estado, trouxe uma ampla e irrestrita liberdade de consciência, de forma que não se pode restringir, sob risco de se configurar a censura, a manifestação de opiniões, mesmo que propagadoras do antissemitismo.
- d) O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias. Compete privativamente à União a regulamentação de profissões.
- e) A construção de uma sociedade livre, justa e igualitária constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

64. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:

- a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.
- b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados. No entanto, ensina Norberto Bobbio que alguns direitos não admitem a relativização, tais como o direito de não ser torturado e o de não ser escravizado.
- c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.
- d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma

que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.

e) A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

65. Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos elencados na Constituição Federal, indique a única assertiva INCORRETA:

- a) O direito à vida, constitucionalmente assegurado, tem dupla acepção: o direito de permanecer vivo e o direito de viver com dignidade.
- b) Atos que instituíram sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior não contraria o princípio da igualdade material. No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas serão legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se em benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo.
- c) Os direitos fundamentais de segunda geração, oriundos de liberdades positivas, acentuam o princípio da igualdade. Os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos.
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a proibição judicial de passeatas e manifestações públicas em defesa da legalização ou da descriminalização do uso de entorpecentes não ofende o direito fundamental de reunião, porque a liberdade de expressão e o direito de reunião não podem ser utilizados como escudo para a prática da incitação ao uso de drogas, conduta criminalizada no Brasil.
- e) Não induz responsabilidade civil, segundo o Supremo Tribunal Federal, a publicação de matéria jornalística cujo conteúdo divulgue observações em caráter irônico ou, então, veicule opiniões em tom de crítica severa, se a pessoa a quem tais observações forem dirigidas ostentar a condição de figura pública, investida, ou não, de autoridade governamental, pois, em tal contexto, a

liberdade de crítica qualifica-se como verdadeira excludente anímica, apta a afastar o intuito doloso de ofender.

66. A respeito das ações constitucionais, indique a única alternativa em que a afirmativa se coaduna com a Constituição Federal de 1988:

- a) A Justiça do Trabalho não é competente para apreciar habeas corpus, porque não tem competência em matéria penal. Assim, se o Juiz do Trabalho for autoridade coatora de habeas corpus, a competência para exame da ação será do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- b) O Partido Político Cidadão (PCC), em abril de 2014, tinha um representante eleito no Congresso Nacional, data em que impetrou um mandado de segurança coletivo, para resguardar direito líquido e certo de seus integrantes. Todavia, a ação constitucional só foi pautada para julgamento em setembro de 2017, data em que o PCC já não tinha mais nenhum representante no Congresso Nacional. Nesses termos, a perda superveniente da representação, segundo o Supremo Tribunal Federal, não acarreta a perda superveniente de legitimação.
- c) A Constituição Federal de 1988 não atribuiu a qualquer pessoa da população a legitimidade para propositura de ação popular. No entanto, qualquer do povo, seja brasileiro nato ou naturalizado, tem legitimidade para a propositura da referida ação constitucional, para, em nome próprio, defender interesse difuso.
- d) A Constituição Federal a todos assegura a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. A negativa de entrega da certidão deve ser combatida via habeas data, remédio constitucional utilizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
- e) Para combater ilegalidade no processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, admite-se a impetração de habeas corpus, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

67. Sobre os direitos sociais, indique a alternativa correta:

- a) É livre a associação sindical, observada a autorização do Executivo Federal para a fundação de sindicato, uma vez que é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- b) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, desde que tenha autorização expressa do sindicalizado para agir.
- c) A Constituição Federal assegura aos trabalhadores e aos servidores públicos o direito de greve. Militares não têm o direito de greve e nem o de sindicalização. Os policiais civis, federais, ferroviários e rodoviários, embora possuam o direito à sindicalização, segundo o STF, não têm direito de greve.
- d) Nas empresas de mais de cento e vinte empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- e) Nos termos definidos pela Constituição Federal, são direitos sociais: a educação, o trabalho, a saúde, a previdência social, a assistência aos desamparados, a propriedade, o lazer, a alimentação, o transporte, a proteção à maternidade e à infância e a segurança.

68. A respeito dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Filho de australianos, nascido no Brasil, estando os pais a serviço da Alemanha, será considerado brasileiro nato.
- b) João é ítalo-brasileiro, tendo obtido as duas nacionalidades na condição primária. João praticou na Itália duplo homicídio e foi condenado à pena privativa de liberdade. Porém, o criminoso conseguiu retornar ao Brasil, antes de ser preso. A Itália formalizou pedido de extradição de João, sob alegação de que, não obstante o tratado de extradição entre os dois países não admita extradição de brasileiro nato, o criminoso é italiano. Assim, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, João poderá ser entregue ao Estado requerente, pelo fato de possuir duas nacionalidades, sendo que uma delas é a do País solicitante.
- c) Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal, em decorrência da norma constitucional que prescreve ser a língua portuguesa o idioma oficial do Estado Brasileiro e em razão da imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais, a petição de habeas corpus, independentemente de o juiz conhecer o idioma estrangeiro, deve ser escrita em português.
- d) A Constituição Federal prevê duas hipóteses de perda da nacionalidade, sendo uma aplicada a brasileiros natos e naturalizados e outra apenas a brasileiros naturalizados. O brasileiro nato que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
- e) Manuel é português e tem residência estabelecida no Brasil há dois anos. Em decorrência do tratado celebrado entre Brasil e Portugal e em virtude da regra constitucional da "quase nacionalidade" é possível inferir que Manuel poderá usufruir, no Brasil, dos direitos inerentes ao brasileiro naturalizado, desde que tenha solicitado a sua equiparação e haja reciprocidade no tratamento dado a brasileiro em Portugal.

69. A respeito dos direitos políticos, à luz da Constituição Federal e da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a única assertiva correta:

- a) Os direitos políticos negativos são aqueles consubstanciados em normas que asseguram a participação do indivíduo no processo político.

b) João é prefeito do Município de Formosa, Goiás. Em razão de estar no segundo mandato consecutivo de prefeito, não poderá concorrer nas próximas eleições (2020) a um terceiro mandato consecutivo. Todavia, desde que renuncie com pelo menos seis meses de antecedência das eleições, poderá concorrer, em 2020, a prefeito de Goiânia, também Município de Goiás.

c) João é filho de José, prefeito de determinado Município. João e José não se falam há oito anos e têm inimizade declarada. João é filiado a partido político rival de seu pai e pretende concorrer, nas eleições em que seu pai disputará à reeleição, ao mandato de prefeito daquele Município. Sendo João parente em primeiro grau de titular de mandato eletivo, não poderá concorrer a cargo eletivo na área de atuação do prefeito, independentemente de manter ou não relação de amizade ou de afeto com o pai.

d) Céu Azul é Município do Estado da Bahia, que surgiu do desmembramento do Município Céu Estrelado. Maria é casada com João, prefeito do Município Céu Estrelado, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. Sabendo que é inelegível no Município em que seu esposo exerce mandato eletivo, Maria pretende concorrer ao cargo de prefeita do Município de Céu Azul, em razão de ser muito próximo ao lugar em que mora e pelo fato de possuir muitas amizades naquela cidade. Assim, não há impedimento de que Maria concorra ao cargo que almeja, pois a inelegibilidade reflexa só alcança os cargos de prefeito e vereador do Município em que seu cônjuge exerce mandato.

e) O condenado por improbidade administrativa, durante o período da suspensão dos direitos políticos, não pode ocupar cargo, emprego e nem função pública, mas pode votar.

70. A Organização político-administrativa brasileira compreende, como entidades autônomas, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Todas essas entidades têm capacidade jurídica para editar normas primárias capazes de inovar o ordenamento jurídico. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, indique a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, municípios podem, no exercício da competência suplementar, legislar sobre meio ambiente.
- b) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.
- c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.
- d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- e) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.

71. Em decorrência de princípio federativo, União, Estados, Distrito Federal e Municípios detêm competências legislativas. A respeito da repartição de competências entre os entes federativos, indique a assertiva INCORRETA:

- a) Lei distrital que assegura aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino o direito à "meia entrada", isto é, desconto de 50%, é inconstitucional, porque invade a competência da União para legislar sobre Direito Civil.
- b) Um eventual conflito entre leis federais, estaduais e municipais deve ser resolvido a partir das competências repartidas pela Constituição Federal aos entes federativos, pois não há hierarquia entre leis. A definição da prevalência de uma lei sobre a outra depende da competência legislativa, tendo em vista que, nos termos da jurisprudência do STF, a usurpação

da competência legislativa por qualquer das pessoas estatais implica em transgressão constitucional.

- c) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea da Constituição Federal, razão pela qual não poderá ser abolida nem por Emenda Constitucional. Por conseguinte, será inconstitucional a realocação de competências administrativas e legislativas que subvertam o núcleo essencial do princípio federativo.
- d) Na competência legislativa concorrente, cabe aos Estados e ao Distrito Federal o cumprimento das normas gerais estabelecidas pela União e o acréscimo das questões específicas mediante suplementação da lei federal. Embora os Municípios não tenham competência concorrente expressa com a União, poderão suplementar, no que couber, a lei federal e a lei estadual.
- e) Compete aos Estados o que não for competência da União e nem dos Municípios. Nessa linha, é competência dos Estados dispor sobre o transporte intermunicipal de passageiros.

72. Na hipótese de o Estado deixar de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, poderá sofrer intervenção federal em sua autonomia. A respeito do tema, indique a assertiva correta:

- a) A decretação da intervenção dependerá de solicitação da Assembleia Legislativa ou de requisição do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Presidente da República, de ofício, poderá decretar a intervenção federal, mas deverá encaminhar o decreto ao Congresso Nacional, para que, no prazo de 24 horas, após análise, mantenha ou não a medida aplicada pelo Chefe do Executivo.
- c) A hipótese depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- d) O decreto interventivo deverá especificar as medidas que serão tomadas durante a intervenção, o prazo de duração e a necessária nomeação de interventor.
- e) O Presidente da República, após solicitação de intervenção federal formulada pelo Supremo Tribunal Federal, decidirá pela utilização ou não da medida extrema. Nesse caso, deverá primeiro consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

73. A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta:

- a) Tomando-se por base o estabelecido na Constituição Federal, caso o Estado do Rio Grande do Norte venha a eleger 17 deputados federais, serão também eleitos 51 deputados estaduais.
- b) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral, conforme o caso.
- c) A Constituição Federal não criou o instituto da iniciativa popular para o processo legislativo estadual.
- d) Segundo posicionamento do STF, uma vez tendo um terço da Casa Legislativa requerido a instauração de CPI, por decisão da maioria absoluta de seus membros, a Casa poderá deixar de instaurar a Comissão, dado o Princípio da soberania do Plenário.
- e) Vigora, no Brasil, o princípio da improcessabilidade dos parlamentares federais, em decorrência da imunidade formal. Assim, para que o parlamentar possa ser responsabilizado, no curso do mandato, por crime comum, é necessário existir autorização da Casa Legislativa a qual integra. É da competência do STF processar e julgar, originariamente, os membros do Congresso Nacional por crime comum.

74. Considerando o regramento constitucional a respeito do processo legislativo e a jurisprudência do STF a respeito da matéria, indique a assertiva correta:

- a) Caso o Congresso Nacional aprove projeto de lei de um deputado federal para fixar o efetivo das Forças Armadas e o referido projeto seja sancionado pelo Presidente da República, o ato do Chefe do Executivo, nos termos da jurisprudência do STF, não convalidará o vício de iniciativa.
- b) Medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional, no prazo limite de 120 dias contados da edição, deverá ser encaminhada à sanção presidencial, independentemente de ter sofrido ou não alteração em sua redação. O Presidente da República terá prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Caso se mantenha silente, ocorrerá a sanção tácita.
- c) Compete ao Congresso Nacional, por decreto legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada a respeito de assunto previamente determinado e por prazo certo.

d) Decretos legislativos e resoluções são espécies normativas utilizadas pelo Legislativo, sem a participação do Chefe do Executivo. Os decretos legislativos têm efeitos externos; já as resoluções produzem apenas efeitos internos.

e) A Constituição Federal veda a edição de medida provisória sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito civil.

75. A respeito do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta:

- a) No processo de impeachment do Presidente da República, a decisão do Senado Federal tem natureza política, motivo pelo qual o Judiciário não pode reexaminar o mérito da decisão em que o Senado responsabiliza o Chefe do Executivo.
- b) Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no processo de impeachment do Presidente da República, uma vez admitida a acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, caberá ao Senado, necessariamente, formalizar o processo contra o Chefe do Executivo. Em sentido diverso, nas infrações penais comuns, caso a Câmara autorize o processo, o Supremo Tribunal Federal não estará obrigado a aceitar a denúncia.
- c) O Presidente da República, durante o mandato, não será responsabilizado por manifestação de suas opiniões e palavras. Ademais, durante o mandato, só poderá ser preso após sentença judicial condenatória e não poderá ser punido por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- d) É da competência do Presidente da República, mediante decreto, nomear e demitir servidores públicos vinculados ao Executivo federal.
- e) O Presidente da República poderá delegar ao Ministro da Justiça a competência para presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

76. A respeito do Poder Judiciário, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta:

- a) A garantia da inamovibilidade, por sua própria natureza, está assegurada apenas aos juízes titulares, não se estendendo aos juízes substitutos.
- b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, mandado de injunção contra ato de Ministro de Estado. Dessa decisão, caso denegatória, caberá recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A cláusula de reserva de plenário determina que somente pelo voto da maioria relativa dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial pode ser declarada a inconstitucionalidade de lei. Nesses termos, juízes de primeira instância não podem declarar inconstitucionalidade de lei.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro e município ou pessoa que mora no Brasil.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a ação popular contra ato do Presidente da República que prejudica o meio ambiente e a moralidade administrativa.

77. A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, indique a única alternativa INCORRETA:

- a) O estado de defesa e o estado de sítio são medidas de exceção tomadas pelo Presidente da República para o restabelecimento da normalidade constitucional diante de uma situação de crise. A segunda medida, para ser instaurada, depende da autorização do Congresso Nacional.
- b) O estado de defesa é medida mais branda que o estado de sítio. Entretanto, na sua vigência, medidas coercitivas poderão ser aplicadas e afetar diretamente o exercício de direitos fundamentais. O direito de reunião, o sigilo de correspondência e o sigilo de comunicação telefônica poderão ser afetados a partir da decretação da medida de exceção.
- c) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, chefiadas pelo Presidente da República, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, destinadas à garantia da lei e da ordem.
- d) Os órgãos de segurança pública são: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militares. Esses órgãos estão taxativamente

enumerados na Constituição Federal, de forma que os entes federativos não poderão criar outros órgãos e incluí-los no rol dos responsáveis pela segurança pública.

e) Durante o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal, a Constituição Federal não poderá ser emendada. As três medidas são tomadas pelo Presidente da República, após consulta ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional, e aprovadas pelo Congresso Nacional, com quórum de maioria absoluta.

78. A respeito das ações do controle concentrado de constitucionalidade, indique a única alternativa correta:

- a) Os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade estão enumerados na Constituição Federal. Dentre eles, alguns têm a chamada capacidade postulatória especial e outros têm a necessidade de advogado que subscreva a petição. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, confederações sindicais, entidades de classe de âmbito nacional e os governadores de Estado devem constituir advogado com procuração nos autos para a propositura das ações do controle abstrato de normas.
- b) Dentre os legitimados ativos da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), há aqueles que têm legitimação universal e os que têm legitimação especial. No primeiro grupo, estão aqueles que podem impugnar por meio de ADI qualquer matéria, sem a necessidade de comprovação de pertinência temática. É o caso, por exemplo, do Procurador Geral da República. No segundo grupo, constam os que deverão demonstrar a pertinência temática para a propositura da ação. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional integram o segundo grupo.
- c) No controle abstrato de constitucionalidade, a causa de pedir é aberta, o que significa dizer que o Supremo Tribunal Federal, uma vez provocado, não fica restrito ao pedido e nem aos seus fundamentos jurídicos.
- d) Entidades e órgãos que não possuem legitimidade para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade (*amicus curiae*) poderão se manifestar nos autos, mediante pedido feito ao relator da ação. O *amicus curiae* poderá fazer tanto manifestação escrita quanto sustentação oral. Nos termos da jurisprudência do STF, os amigos da Corte não poderão ser pessoas naturais,

por falta de pré-condição de representatividade, e não poderão interpor embargos de declaração.

e) A decisão de mérito sobre a inconstitucionalidade de lei em ação direta somente poderá ser tomada por maioria absoluta e se estiverem presentes na sessão pelo menos oito ministros do Supremo Tribunal Federal. Essas decisões têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação a qualquer dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a toda a Administração Pública.

79. Sobre os mecanismos de controle de constitucionalidade no Brasil, indique a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a técnica da declaração parcial de nulidade sem redução de texto é feita quando constatada a existência de uma regra legal inconstitucional que, em razão da redação dada à lei, não tem como ser excluída sem que a supressão provoque um resultado indesejável. Assim, nenhuma palavra é retirada do texto legal, mas a aplicação de parte da lei, para determinadas pessoas ou sob determinadas circunstâncias, é declarada inconstitucional.
- b) A declaração de inconstitucionalidade parcial feita pelo Poder Judiciário pode recair em palavras, artigos, partes de incisos, alíneas e frases.
- c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os tribunais de contas possuem competência para realizar controle incidental de constitucionalidade de atos normativos, de forma que podem afastar aqueles considerados inconstitucionais, não obstante o fato de as suas decisões poderem ser revistas pelo Judiciário.
- d) O Poder Legislativo realiza controle preventivo de constitucionalidade por meio do “veto legislativo”. Quando o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitam do poder regulamentar, realiza controle de constitucionalidade, mas não faz declaração de inconstitucionalidade, apenas a sustação da eficácia ato do Executivo, motivo pelo qual o decreto legislativo não produz efeitos retroativos.
- e) Por força do princípio da reserva de plenário, apenas colegiados podem declarar inconstitucionalidade de lei, observados o quórum de maioria absoluta e a competência do Tribunal Pleno ou de seu órgão especial.

80. A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

- a) O Sistema Único de Saúde é constituído de ações e serviços públicos de saúde que têm por diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral e a participação da comunidade.
- b) A assistência social será prestada a quem for contribuinte da seguridade social. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa e na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- c) A educação básica deverá ser prestada gratuitamente a todos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assim como a educação básica, o ensino médio gratuito constitui direito público subjetivo.
- d) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

DIREITO CIVIL

81. Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- b) A LINDB prevê como regra a possibilidade da lei revogada anteriormente ripristinar com a revogação da lei que a revogou.
- c) A lei posterior apenas revoga a anterior quando expressamente o declare ou quando seja com ela incompatível.
- d) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- e) A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, ainda que se destine à vigência temporária.

82. Fernando, com 35 anos de idade, que se identifica como transgênero mulher, dirigiu-se ao cartório de registro civil, a fim de requerer a retificação de registro de nascimento para troca do prenome para Fernanda e do sexo masculino para o feminino. Na ocasião, afirmou que, embora nascida com a genitália masculina e nesse gênero registrada, sempre demonstrara atitudes de criança do sexo feminino, sente-se mulher e veste-se como mulher, porém nunca realizou a cirurgia de transgenitalização. O requerimento administrativo de Fernando deve ser:

- a) indeferido, vez que ele não realizou a cirurgia de transgenitalização.
- b) indeferido, pois somente com autorização judicial ele poderá ter seu prenome e sexo alterados no registro civil.
- c) deferido, devendo o cartório registrar na certidão observações sobre a origem do ato.
- d) deferido, com a inclusão do termo “transgênero” no registro, para evitar qualquer espécie de fraude em identificação posterior.
- e) deferido, diretamente no registro civil, independentemente da cirurgia de transgenitalização.

83. Cessarà para os menores a incapacidade, exceto:

- a) pelo casamento
- b) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos
- c) pela colação de grau em curso de ensino superior
- d) pelo exercício de emprego público efetivo
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

84. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:

- a) Às pessoas jurídicas é inaplicável a proteção dos direitos da personalidade.
- b) Considera-se confusão patrimonial a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento exclusivo da parte, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- d) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) Considera-se desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

85. Assinale a alternativa correta no que se refere bens reciprocamente considerados:

- a) Acessório é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; principal, aquele cuja existência supõe a do acessório.
- b) São acessórios os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- d) São necessárias as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- e) São úteis as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

86. João, pessoa inexperiente e premida por imediata necessidade assumiu obrigação explicitamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Nessa situação, houve:

- a) dolo.
- b) lesão.
- c) estado de perigo.
- d) coação.
- e) erro.

87. Assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca dos contratos de seguro:

- a) Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a correção monetária sobre a indenização securitária incide a partir da contratação até o efetivo pagamento.
- b) A embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização em contrato de seguro de vida.
- c) No contrato de seguro de automóvel, em regra, é lícita a cláusula que exclui a cobertura securitária para o caso de o acidente de trânsito (sinistro) ter sido causado em decorrência da embriaguez do segurado.
- d) A indenização securitária não é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro.
- e) O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o

direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.

88. Assinale a alternativa que não apresenta requisito para configurar a usucapião especial individual urbana familiar:

- a) uso para sua moradia ou de sua família e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural
- b) imóvel urbano de até 250m²
- c) propriedade dividida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar
- d) 5 anos ininterruptos e sem oposição
- e) posse direta e com exclusividade

89. Acerca do direito de vizinhança, assinale a alternativa incorreta:

- a) O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameace ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.
- b) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- c) O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.
- d) Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho.
- e) O proprietário é obrigado a tolerar a passagem, através de seu imóvel, de cabos, tubulações e outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública, em proveito de proprietários vizinhos, quando de outro modo for impossível ou excessivamente onerosa, sem direito a indenização.

90. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

- a) nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.
- b) nascidos cem dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- c) havidos por inseminação artificial heteróloga, ainda que sem autorização do marido.
- d) havidos por fecundação artificial homóloga, salvo se falecido o marido.
- e) havidos, a 9 meses, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

MEDICINA LEGAL

91. A análise da trajetória dos projeteis bem como o seu impacto no corpo humano são de suma importância para os exames periciais. Assinale a alternativa correta referente à velocidade do projétil após produzir o ferimento de entrada, bem como as características da ferida de saída:

- a) constante sem deformar-se, tendendo a produzir feridas regulares com bordas invertidas.
- b) mais lenta e com deformações, produzindo feridas irregulares, laceradas e evertidas.
- c) mais lenta e sem deformações, produzindo feridas regulares e evertidas.
- d) constante e com deformações, produzindo feridas irregulares e invertidas.
- e) mais rápida em função da fragilidade tecidual gerada pela entrada, causando lacerações na pele.

92. Foram realizados exames em duas pessoas, sendo que em uma delas o médico-legista observou uma equimose e uma escoriação na face da vítima, na outra havia uma marca de mordida na região do ombro. Assinale a alternativa que indique o tipo de ação que resultou cada uma das lesões respectivamente:

- a) perfurante e contundente.
- b) contusa e cortocontusa.
- c) contundente e contusa.
- d) contundente e cortante.
- e) contundente e cortocontundente.

93. Ao tratarmos sobre as energias de ordem química e consequentemente sobre as substâncias que podem causar danos à saúde e até à vida, assinale a alternativa correta.

- a) O formol é necessariamente utilizado para conservar os materiais que coletados para a necrópsia de envenenados.
- b) São observadas escaras úmidas nas lesões produzidas pelos cáusticos, devido ao efeito coagulante.
- c) Nas lesões ocasionadas por ácidos estão presentes escaras secas e de cor variada.
- d) Não há relevância do critério médico-legal para a exclusão ou identificação dos envenenamentos.
- e) Devido ao efeito liquefaciente, os cáusticos provocam escaras endurecidas.

94. Sobre o assunto das asfixias, podemos afirmar que:

- a) a compressão do tórax causa a chamada sufocação indireta.
- b) é a força constritiva ativa que ocasiona o enforcamento.
- c) é a sufocação que causa a esganadura.
- d) é a força constritiva passiva que ocasiona o estrangulamento.
- e) são causadas por energias de ordem mecânica.

95. As técnicas cronotanatógnósticas são aquelas que analisam as modificações e os fenômenos que ocorrem no cadáver, permitindo estimar o tempo decorrido desde o momento da morte. A partir dessa afirmação assinale a alternativa correta.

- a) Apesar de não se fixarem no cadáver, as manchas de hipóstase podem ser úteis para estimar o intervalo desde a morte.
- b) Depois que ocorre a esqueletização, não é possível aplicar as técnicas cronotanatógnósticas.
- c) O rigor mortis não permite estimar o intervalo desde a morte.
- d) O tempo decorrido desde o momento da morte pode ser estimado a partir do crescimento do pelo da barba.
- e) A estimativa temporal torna-se mais precisa quanto maior for o tempo decorrido da morte.

96. A fim de diferenciar as lesões que foram produzidas em vida daquelas que ocorreram após a morte, podemos citar algumas características. Nas lesões ocasionadas em vida pode(m) ser observada(s):

- a) flictenas contendo ar.
- b) equimose.
- c) lesões brancas.
- d) irretratibilidade dos tecidos.
- e) ausência de coagulação de sangue.

97. O estado físico dos corpos humanos pode ser alterado pelo frio e pelo calor, causando lesões conhecidas por geladuras e queimaduras, as quais podem ser classificadas em graus (1 a 4). Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta algumas das características de cada grau para as geladuras / queimaduras, respectivamente.

- a) Quarto grau: desarticulação/ cicatriz retrátil
- b) Primeiro grau: rubefação / flictenas.
- c) Terceiro grau: bolhas hemorrágicas / incidência até os planos musculares.
- d) Primeiro grau: aspecto anserino da pele / flictenas.
- e) Segundo grau: eritema / flictenas.

98. A lesão conhecida como “marca de Jellinek” refere-se a uma lesão causada por uma energia de ordem:

- a) química.
- b) físico-química.
- c) física.
- d) mecânica.
- e) bioquímica.

99. No que se refere aos documentos médico-legais, assinale a alternativa correta:

- a) O parecer não é considerado uma peça técnica-científica.
- b) É a partir do interesse da justiça que são elaborados os atestados administrativos.
- c) Os atestados oficiosos sempre são emitidos por um órgão oficial.
- d) As mesmas partes contidas no relatório também estão presentes no parecer médico-legal.
- e) Quando comparado ao laudo, o parecer técnico possui uma abrangência mais restrita.

100. Devido à ação da gravidade, após a morte, o sangue deposita-se nas partes mais baixas, de acordo com a posição que o corpo é deixado sobre a superfície. Assinale a alternativa que contém o nome do fenômeno observado no cadáver de acordo com a descrição acima:

- a) Algor post mortem.
- b) Tanatocromodiagnose .
- c) Livores de hipóstase.
- d) Crioscopia sanguínea cadavérica.
- e) Rigor Mortis.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-10-11>

Conheça nossos cursos

[Cursos para Delegado da PC-RJ](#)